

Referências das Rotinas Administrativas da Corregedoria Geral da Justiça

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-CGJ-002 – Gerir o Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça

Com vigência a partir de 02/10/2012

Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro (Decreto 2479/79);

Lei Federal nº. 8.666/1993 – Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Resolução Conselho Consultivo da ESAJ nº. 02/2006 – Fixa critérios para atribuição de pontos, relativos à educação continuada, para progressão funcional e promoção dos servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ;

Resolução TJ/OE nº. 06/2005 - Ajuste da consolidação da Estrutura do PJERJ, com as alterações da Resolução TJ/OE nº. 06/2006 e da Resolução TJ/OE nº. 46/2006 – Consolida a Estrutura da CGJ;

Ato Normativo TJ nº. 16/2006 – Disciplina as normas e procedimentos gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do PJERJ;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 08/2006 - Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 03/2003 – Disciplina a padronização dos procedimentos de entrada de acervos arquivísticos no DGCON/DEGEA;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2004 – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça;

Ato Normativo TJ nº. 03/2005 – Normas para uso de recursos computacionais no âmbito da rede corporativa

do TJERJ;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2005 – Dispõe sobre a frequência mensal e a inclusão de valores em folha de pagamento;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 26/2009 – Disciplina o exercício das férias;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 09/2005 – Dispõe sobre as nomeações e designações para exercício de cargos em comissão e funções gratificadas no Quadro Único de Pessoal do PJERJ;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 03/2007 – Disciplina a padronização da Tabela de Tipos de Assunto do Sistema PROT, de acordo com a CCD e dispõe sobre o arquivamento de processos administrativos, documentos e expedientes.

RAD-CGJ-003 – Elaborar Avisos/Atos Sigilosos de Indisponibilidade e Levantamento de Bens

Com vigência a partir de 07/12/2020

Provimento CGJ nº 67/2009 - Resolve criar o Banco de Indisponibilidade de Bens - BIB, administrado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça;

Aviso CGJ nº 195/2009 - Avisa que atendem para a exatidão do CPF/CNPJ dos requeridos quando do encaminhamento de solicitação para publicidade das indisponibilidades de bens decretadas judicial ou extrajudicialmente;

Aviso CGJ nº 014/98 - Avisa aos Senhores Oficiais do Registro de Imóveis que, em virtude de decretação de indisponibilidade dos bens, o interessado na obtenção de certidão negativa, ao alegar caso de homonímia, devesse comprovar sua alegação perante o próprio oficial destinatário do pedido, e das outras providências;

Aviso CGJ nº 61/99 - Avisa que, na análise das ocorrências de homonímia, é básica a produção de prova documental, cujos elementos ficarão arquivados na serventia, descabendo a pura exigência da declaração isolada, seja pelo interessado, seja pelo seu procurador, neste último caso não sendo necessário para a sua validade e eficácia a procuração por instrumento público;

Código Tributário Nacional – CTN - Artigo 185-A

Código de Processo Penal Brasileiro – Artigo 20 (Sigilo do Inquérito Policial).

RAD-CGJ-004 (SIGILOS) – Registrar e Processar Processo Administrativo Disciplinar

Com vigência a partir de 20/03/2025

RAD-CGJ-005 – Instruir Processos Administrativos

Com vigência a partir de 06/02/2017

Constituição da República Federativa do Brasil;

Código de Processo Penal;

Código de Processo Civil;

Código Penal;

Código Civil;

Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro;

Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro;

Consolidação Normativa Judicial;

Consolidação Normativa Extrajudicial.

Resolução TJ/OE/RJ nº 25/2016 - Disciplina e consolida regras, procedimentos e critérios para abertura de edital, concorrência e julgamento dos pedidos de remoção e promoção de magistrados;

Resolução TJ/OE/RJ nº1/2017 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-CGJ-006 (SIGILOS) – Processar Carta Precatória

Com vigência a partir de 07/10/2012

RAD-CGJ-007 - Elaborar Avisos/Atos Sigilosos Solicitando Informações Sobre a Existência de Bens Patrimoniais

Com vigência a partir de 25/10/2017

RAD sem referências

RAD-CGJ-008 – Processar Pedidos de Movimentação

Com vigência a partir de 10/02/2017

Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro;

Lei nº 6956, de 13 de janeiro de 2015 – Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais;

Constituição Estadual;

Constituição Federal;

Aviso CGJ nº 498, de 30 de junho de 2010 - Dispõe acerca da faculdade de servidor retirar Ato Executivo para apresentação junto a sua nova lotação;

Aviso CGJ nº 654, de 19 de agosto de 2010 – Delega aos Juízes Dirigentes dos Núcleos Regionais a decisão acerca dos requerimentos do gozo de licença especial.

Aviso CGJ nº 257/2013, de 26/02/2013 - Determina aos Assistentes e Encarregados dos Núcleos Regionais que consultem, previamente, o CPlot ao instruírem os procedimentos administrativos de remoção no âmbito do Núcleo Regional;

Lei nº 4.620, de 11 de outubro de 2005, Dispõe sobre a Reestruturação dos Cargos do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Lei nº 6471, de 12 de junho de 2013 – Cria, por transformação, as funções que menciona e modifica os artigos 5º e 14º da lei nº 4620 de 11 de outubro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo nº 03/2009 - Estabelece normas e diretrizes dos Atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando os Direitos e Deveres e dá outras providências.

RAD-CGJ-009 – Editar e Divulgar a Revista da CGJ

Com vigência a partir de 10/12/2024

Resolução nº 85 de 08 de setembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça – Dispõe sobre a comunicação social no âmbito do Poder Judiciário.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros

RAD-CGJ-010 – Monitorar e Relatar o Desenvolvimento dos Projetos da Corregedoria Geral da Justiça

Com vigência a partir de 30/01/2025

Resolução TJ/OE nº. 04/2023 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial e Parte Extrajudicial.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2004 – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

17/01/2025